



ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO

PREFEITO | Wladimir Garotinho / VICE - PREFEITO | Frederico Paes

Previcamos

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – 2025

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

| Política de Investimentos | VERSÃO Final | APROVADO |
|---------------------------|----------------------------------|----------|
| Elaboração: | Aprovação: Conselho Deliberativo | |

1 - Introdução

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, com base no inciso IV e no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, da Portaria 1.467 de 02 de junho de 2022 e suas alterações e no art. 9º,

§ 7º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, o Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2025, devidamente analisada e aprovada por seu órgão superior competente.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todos os processos de tomada de decisões relativos aos investimentos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância.

Resalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2 - Objetivo

2.1 – Modelo de Gestão

A Política de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência e segurança na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: padrão ético de conduta, solidez patrimonial, histórico e experiência positiva, com reputação considerada ilibada no exercício da atividade de administração e gestão de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco X retorno.

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a Política de Investimentos estabelecerá o plano de contingência, os parâmetros, as metodologias, os critérios, as modalidades e os limites legais e opera buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021.

Os responsáveis pela gestão do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ têm como uma das principais objetividades a contínua busca pela ciência do conhecimento técnico, exercendo suas atividades com boa fé, legalidade e diligência; zelando por elevados padrões éticos, adotando as melhores práticas que visem garantir o cumprimento de suas obrigações.

2.1.1 Governança

Entende-se por responsáveis pela gestão dos recursos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, as pessoas que participam dos processos de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos, bem como os participantes do mercado de título e valores mobiliários no que se refere à distribuição, intermediação e administração dos ativos.

A responsabilidade de cada agente envolvido no processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisório sobre as aplicações dos recursos, foram definidos e estão disponíveis nos documentos de controle interno do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, instituídos em seu Regimento Interno.

3 - Cenários Econômicos

No início de 2024, a expectativa para o cenário econômico global estava marcada por uma série De fatores complexos, refletindo tanto desafios persistentes quanto sinais de recuperação em algumas áreas.

No mercado internacional, a inflação, que foi uma grande preocupação ao longo de 2022 e 2023, estava começando a desacelerar em muitas regiões, particularmente nos Estados Unidos e na Zona do Euro, sem muitos impactos na atividade e no mercado de trabalho. O CPI (inflação ao consumidor) nos EUA e na Zona do Euro começou o ano de 2024 em 3,4% e 2,9% em termos anualizados, respectivamente. Contudo, os bancos centrais, como o Federal Reserve (EUA) e o Banco Central Europeu, mantinham políticas monetárias relativamente restritivas, com altas taxas de juros para combater a inflação persistente. Esses bancos enfrentavam o dilema de manter as taxas de juros elevadas para provocar uma desaceleração mais rápida da economia. Esperava-se que essas taxas altas continuassem a pesar sobre o crescimento, mas já havia sinais de que o aperto monetário poderia ser suavizado ao longo de 2024, caso o processo desinflacionário persistisse. Como o maior objetivo dos bancos centrais era conter as altas expectativas de mercado, seus membros faziam declarações enfatizando a necessidade de mais dados que evidenciassem a possibilidade de cortes de juros.

Porém, o que se viu nas economias internacionais, principalmente nos EUA, foi o reaquecimento, com aumento na criação de novas vagas de emprego e salários maiores do que o esperado, o que pressionava ainda mais a inflação. Além disso, os grandes incentivos fiscais e investimentos em empresas de tecnologia atraíram investidores de todo o mundo, fortalecendo ainda mais o dólar.

Na China, os dados de atividade mostravam preocupações com a capacidade de crescimento, o PBoC (Banco Central da China) iniciou um ciclo de incentivos à economia, com cortes nos juros de curto e médio prazo e no depósito compulsório. Contudo, esses incentivos não foram suficientes.

No cenário geopolítico, a guerra na Ucrânia continuava a impactar a economia global, com efeitos diretos na cadeia de suprimentos, nos preços de energia e na insegurança política. A expectativa era de que o conflito permanecesse uma fonte significativa de incerteza para 2024, embora com menor escalada do que em 2022 e 2023.

Em julho, assistimos à tentativa de assassinato do ex-presidente dos EUA, Donald Trump, o que acirrou ainda mais a corrida presidencial, favorecendo-o nas pesquisas, onde já aparecia como líder.

Com o passar do ano, divergências entre os dirigentes do Federal Reserve e as declarações de Trump sobre medidas econômicas caso fosse eleito (como aumento de tarifas de importação, redução de impostos para empresas e maior desregulação do mercado) levaram o mercado a precificar taxas de juros mais altas por um período prolongado devido à maior pressão inflacionária. Assim, a possibilidade de uma recessão nos EUA voltou a ser debatida nas reuniões econômicas.

Após todos estes acontecimentos, chegou novembro e demonstrou que "o jogo só termina quando o juiz apita". Trump foi eleito com 312 votos no colégio eleitoral, conquistando também a maioria no Senado, com 53 senadores, e na Câmara, com 218 deputados. Nomeações como Elon Musk para o Departamento de Eficiência Governamental, Scott Bessent para a Secretaria do Tesouro, Marco Rubio como Secretário de Estado e Howard Lutnick como Secretário do Comércio sinalizam uma gestão focada em eficiência e corte de gastos no médio prazo. Contudo, no curto prazo, pode haver aumento da inflação devido à elevação de tarifas e à política imigratória.

4.0 - Perspectivas para o Brasil

No Brasil, 2024 começou com o mercado projetando uma inflação de 3,90%, um avanço do PIB de 1,59% e uma redução na taxa Selic para 9,00%. Inclusive, na primeira reunião do COPOM no ano, a taxa Selic foi reduzida em 0,50 ponto percentual. Contudo, incertezas sobre a desaceleração da economia dos EUA geraram dúvidas entre gestores globais sobre a possibilidade de um "hard landing, soft landing" ou mesmo um "no landing". Mesmo neste cenário, as sugestões de alocações dos ativos já apontavam uma melhor performance na classe de renda fixa e um risco maior em renda variável.

Em maio, houve a tragédia da chuva no Rio Grande do Sul, que impactou tanto o governo quanto a população. Com o objetivo de financiar a transferência de recursos para a população, que foi extremamente importante, o governo emitiu novos títulos, o que aumentou o déficit fiscal. Outro problema importante causado pelo estrago das chuvas foram os choques negativos na oferta, com todo o comércio parado, e na demanda, devido às perdas das famílias.

Concomitantemente, houve outros motivos que levaram o mercado a precificar novas expectativas de alta da taxa Selic tanto para o final de 2024 quanto para 2025, tais como: piora na dívida pública, atingindo 80% do PIB, mudança no regime de metas de inflação, aquecimento da atividade econômica e queda do desemprego.

Em novembro, o Brasil continuou tomando medidas equivocadas em relação à política fiscal. O país se encontra em um momento em que não adianta mais apenas falar "farei", mas sim executar o corte de gastos. Para piorar, após um mês de aguardo do anúncio de um pacote de cortes de gastos, o Ministro Haddad fez um pronunciamento apresentando um pacote insuficiente para fazer efeito no déficit das contas públicas e ainda anunciou uma renúncia fiscal ao isentar o imposto de renda de todos os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil mensais. Um ponto importante a ser observado é que, em nenhum momento deste pronunciamento, foi mencionada a redução de gastos, mas sim como se compensará um gasto através de um incremento de receita.

Após todos esses acontecimentos adicionais e até o momento da elaboração deste artigo, o Boletim Focus do BC mostrava um aumento da taxa Selic para 11,75% ao ano, PIB com crescimento de 3,22% e IPCA em 4,71%.

Para 2025, podemos esperar um mix de desafios e oportunidades. No cenário internacional, será vista a manutenção do processo desinflacionário nos EUA e na Zona do Euro.

Nos EUA, a taxa de juros poderá permanecer mais alta por mais tempo devido a alguns motivos: (i) medidas protecionistas de Trump, com o aumento nas tarifas dos produtos, principalmente oriundos da China, que devem chegar a 50%, elevando os preços devido à menor oferta; (ii) corte de impostos para empresas, o que reduzirá receitas e poderá impactar o déficit fiscal; e (iii) política de deportação de imigrantes ilegais, cuja grande maioria realiza serviços básicos. Com menos pessoas realizando esses serviços, pode haver pressão inflacionária via aumento nos salários devido à menor oferta de mão de obra.

No campo positivo, o governo republicano pretende adotar medidas para reduzir os gastos públicos. Como já mencionado, o Secretário do Tesouro nomeado, Scott Bessent, tem um plano chamado "3 x 3 x 3". Isso significa que o projeto prevê um crescimento real do PIB de 3%, reduzir o déficit fiscal para 3% (atualmente em torno de 7%) e aumentar a produção de petróleo para 3 milhões de barris por dia. O resultado disso será a manutenção de um dólar apreciado, com aumento de fluxo para investimentos. Neste ponto, isso não seria interessante para o Brasil.

Com relação à Zona do Euro, observa-se uma atividade ainda fraca, demonstrada nos resultados dos PMIs composto e industrial, que permaneceram abaixo dos 50 pontos durante quase todo o ano, outro índice a ser acompanhado é o Sentix, que mede a confiança dos investidores na Zona do Euro, e que caiu para -17,5 pontos, o menor nível desde novembro de 2023. No caso da Alemanha, país com maior representatividade nos resultados, esses PMIs vieram fracos durante todo o ano, e a confiança dos investidores também caiu para -33,2 pontos em dezembro.

Na China, o governo local continuará com incentivos à economia, principalmente no mercado imobiliário, onde grandes incorporadoras seguem bastante endividadas. Além disso, continuam investindo muito no projeto de autossuficiência em todos os produtos que consomem, adquirindo minas de cobre no Chile e reservas de nióbio e urânio no Amazonas.

4.1- Desafios Econômicos de 2025 Brasil

Para o Brasil, o cenário macroeconômico continuará bastante desafiador. O problema fiscal seguirá no foco das atenções, com viés de alta que pode levar a dívida pública a atingir 83% do PIB, além disso, há uma atividade econômica aquecida e uma taxa de desemprego na mínima (6,2%), o que gera maior pressão inflacionária. Isso exigirá que o BC, sob nova diretoria, tome decisões mais contracionistas em relação à taxa de juros, com o mercado já precificado cerca de 15%. Outro ponto importantíssimo a ser monitorado é se o país não entrará em uma dominância fiscal, pois a relação dívida/PIB pode alcançar níveis tão altos que levarão a maior desconfiância dos investidores estrangeiros, os quais exigirão maior retorno (juros) nos títulos brasileiros. Dessa forma, o efeito esperado da alta dos juros, que deveria ser a queda da inflação, poderá não se concretizar.

Portanto, para o próximo ano podemos esperar um cenário desafiador no âmbito doméstico, com grande pressão inflacionária e contínua trajetória de alta na taxa Selic. No cenário internacional, as incertezas geradas pelas declarações de Donald Trump, principalmente sobre os possíveis aumentos das tarifas, podem ocasionar um choque de oferta e pressionar ainda mais a inflação.

4.1.1- Economia Brasileira

Em relação à atividade econômica, o PMI do setor industrial registrou uma desaceleração, passando de 53,2 em setembro para 52,9 em outubro.

Apesar da leve redução, o índice permanece acima de 50, indicando que o setor continua em crescimento, ainda que em ritmo marginalmente mais lento.

Essa desaceleração foi impulsionada pela queda nos novos pedidos, que teve seu efeito atenuado pelo aumento expressivo da demanda internacional.

A atividade segue resiliente, especialmente considerando o alto patamar da taxa de juros no Brasil.

No que tange à inflação, o IPCA-15 de outubro foi de 0,54%, ligeiramente acima das expectativas de 0,50%, acumulando 3,71% no ano e 4,47% nos últimos 12 meses.

A maior contribuição para esse resultado veio do grupo Habitação, com alta de 1,72%, impactado pelo aumento da energia elétrica, devido à implementação da bandeira tarifária vermelha patamar 2.

A projeção do mercado para o fechamento do ano é de que o IPCA fique acima da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, refletindo uma piora no cenário inflacionário.

A situação fiscal é o ponto de maior preocupação atualmente. A arrecadação federal em setembro de 2024 foi a mais alta para o mês em toda a série histórica, iniciada em 1995, impulsionada pela atividade econômica aquecida.

Contudo, o crescimento das despesas tem preocupado, gerando um risco crescente de descumprimento das metas fiscais.

A dívida pública, que já atinge 78,5% do PIB, tem projeção de fechar o ano em 80%, segundo dados da Instituição Fiscal Independente.

O crescimento da dívida tem sido impulsionado pela alta da Selic e pelo volume de emissões de títulos públicos.

A composição da dívida pública tem mostrado um crescimento na representatividade dos títulos vinculados à Selic, devido às incertezas econômicas e ao alto nível da taxa de juros. A alta da Selic, embora represente um ônus elevado, é considerada necessária para controlar a inflação e manter a estabilidade econômica.

O mercado finalizou o mês aguardando a divulgação de medidas de contenção de gastos por parte do Governo Federal.

A reação dos investidores a essas medidas será fundamental para estabilizar a taxa de câmbio e os juros.

Se as ações forem consideradas insuficientes, podem pressionar ainda mais a economia, por outro lado, uma recepção positiva poderá contribuir para ancorar as expectativas em torno de um cenário de maior equilíbrio fiscal e econômico.

Segundo as projeções do relatório Focus do Banco Central, o PIB do Brasil deve crescer 3,10% em 2024 e 1,94% em 2025, enquanto as projeções para o IPCA têm sido revistas para cima há algumas semanas, chegando a 4,62% para 2024 e 4,10% para 2025.

A taxa Selic encontra-se em 12,25% ao ano e previsões para o ano de 2025 chegue a um patamar de 11,75 % ao ano (tornando uma das taxas mais altas do mundo),

4.1.2 - Economia Internacional

Indicadores importantes foram divulgados nos Estados Unidos em outubro, entre eles, destaca-se o relatório de emprego (Payroll), que apontou a criação de apenas 12 mil vagas, um número bem abaixo das expectativas, que eram de 106 mil.

Essa queda significativa pode refletir tanto o enfraquecimento do mercado de trabalho quanto impactos de eventos naturais, como os furacões. Também houve revisão do número de setembro, que caiu de 254 mil para 223 mil.

Todavia, a taxa de desemprego se manteve estável em 4,1%. Observa-se que, apesar da surpresa negativa, o mercado reagiu de maneira mais calma em comparação com outras ocasiões de queda nas contratações, o que pode indicar uma adaptação às condições atuais.

Outro dado importante foi a primeira leitura preliminar do PIB americano para o terceiro trimestre, que mostrou um crescimento de 2,8%, levemente abaixo dos 3% esperados. O dado abaixo do projetado refletiu a forte oscilação da variação de estoques e a redução do investimento fixo do setor privado ainda que o consumo das famílias bem como o consumo e investimento do governo tenha continuado crescendo.

O PMI industrial, por sua vez, subiu de 47,3 para 48,5, enquanto o PMI composto passou de 54 para 54,3, refletindo uma leve melhora na atividade.

Em relação à inflação, o Índice de Preços de Despesas de Consumo Pessoal (PCE) registrou desaceleração anual de 2,2% para 2,1%, demonstrando certa convergência em direção à meta de 2% do Federal Reserve (Fed), enquanto o núcleo do PCE manteve-se estável em 2,7%.

O mercado tem precificado um corte na taxa de juros pelo Fed para a reunião de novembro, de 0,25 ponto percentual, em resposta ao cenário econômico de desaceleração da inflação e certa estabilidade na atividade.

Além desses dados, as eleições geraram movimentações nos mercados devido à incerteza sobre as possíveis políticas econômicas dos candidatos.

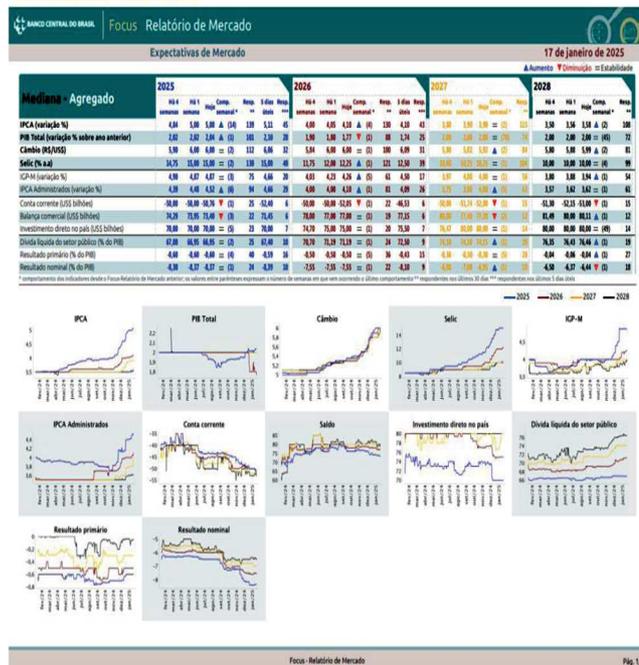
Alguns setores, como o bancário e o de energia renovável, apresentaram oscilação de acordo com o avanço de cada candidato nas pesquisas, refletindo as expectativas de como suas políticas impactariam os setores da economia americana.

O Banco Central Europeu (BCE) optou por um corte de juros de 0,25 p.p., mesmo com uma leve aceleração na inflação, que passou de 1,7% para 2% na leitura anual

Esse corte ocorre em meio a sinais de resiliência na atividade econômica, com o PIB preliminar do terceiro trimestre apontando crescimento anual de 0,9%, levemente acima da expectativa de 0,8%, impulsionado, sobretudo, pela melhora no crescimento da economia alemã.

No que se refere a atividade econômica do bloco, o setor de serviços segue resiliente enquanto a indústria permanece na região de contração, conforme aponta o PMI de outubro.

4.1 - Relatório Focus e Copom



As projeções dos analistas para a inflação em 2025 e 2026 voltaram a subir, segundo dados divulgados nesta segunda-feira (13) no Relatório Focus do Banco Central. A projeção para 2025 passou de 4,99% para 5,00%, enquanto para 2026, a estimativa subiu de 4,03% para 4,05%.

Já a mediana para taxa básica de juros (Selic) ficou estável em 15% neste ano.

A previsão para o dólar em 2025 permaneceu em R\$ 6,00, enquanto a projeção do PIB ficou em 2,02%. Perspectiva

Em meio ao cenário econômico dinâmico do Brasil em 2025, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA enfrenta uma série de considerações ao moldar suas estratégias de investimento.

O país enfrenta desafios fiscais consideráveis, especialmente com as discussões sobre a mudança da meta de primário. A estabilização da dívida pública torna-se crucial para garantir a sustentabilidade dos investimentos do RPPS.

A balança comercial positiva do Brasil é um ponto favorável, oferecendo oportunidades decorrentes do reposicionamento das cadeias globais de suprimentos. O país, diante das tensões geopolíticas globais, surge como um candidato atraente para diversificação de investimentos.

O cenário político tem influência direta nos mercados, e o RPPS deve monitorar de perto as discussões sobre reformas econômicas, como a tributária. A capacidade de adaptação a mudanças nas políticas governamentais será essencial.

No ambiente de juros e inflação, a perspectiva de cortes na taxa Selic demanda uma revisão cuidadosa das estratégias de investimento. A diversificação de portfólios e a busca por ativos resilientes são considerações importantes para enfrentar a volatilidade esperada.

Além disso, a identificação de oportunidades setoriais pode ser um diferencial para o RPPS. Setores relacionados à exportação e aqueles que demonstram resiliência em meio às condições econômicas incertas podem se destacar.

Em resumo, as decisões de investimentos para 2024 devem adotar uma abordagem cautelosa e adaptável. A compreensão dos desafios fiscais, a busca por oportunidades em setores estratégicos e a flexibilidade diante das mudanças nas dinâmicas econômicas serão fundamentais para o sucesso dos investimentos previdenciários neste ambiente desafiador.

4 – Alocação Estratégica dos Recursos

5.1 - ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O EXERCÍCIO DE 2025 RESOLUÇÃO CMN 4.963

| SEGMENTO | TIPO DE ATIVO | LIMITE RESOLUÇÃO | SITUAÇÃO ATUAL (DEZ/24) | ESTRATÉGIA ALVO | LIMITE SUPERIOR |
|----------------------------|--|------------------|-------------------------|-----------------|-----------------|
| RENDA FIXA | 7º Ia – Títulos TN - SELIC | 100% | | 25% | 100% |
| | 7º Ib – FI 100% Títulos TN | 100% | 39,68% | 40% | 100% |
| | 7º Ic – Ref. Índice de RF 100% TP | 100% | | 0% | 0% |
| | 7º II – Operações comprometidas | 5% | | 0% | 0% |
| | 7º IIIa – FI Renda Fixa | 60% | 1,04% | 10% | 40% |
| | 7º IIIb – FI Índice Renda Fixa | 60% | | 0% | 60% |
| | 7º IV – Ativos Renda Fixa de Instituições Financeiras | 20% | | 5% | 20% |
| | 7º Va – FIDC - Sênior | 5% | | 0% | 5% |
| | 7º Vb – FI RF Crédito Privado | 5% | | 0% | 5% |
| | 7º Vc – FI Debênture Infraestrutura | 5% | | 0% | 5% |
| LIMITE RENDA FIXA | | 100% | 40,72% | 80,00% | 100% |
| RENDA VARIÁVEL | 8ºI – FI Ações aberto | 10% | | 5% | 10% |
| | 8ºII - FI Índices de Ações | 30% | 36,58% | 0% | 0% |
| | LIMITE RENDA VARIÁVEL | | 30% | 36,58% | 5,00% |
| EXTERIOR | 9ºI – FI e FIC Renda Fixa – Dívida Externa | 10% | 0% | 0% | 0% |
| | 9ºII – FI e FIC Renda Fixa com sufixo "Investimento no Exterior" | 10% | 0% | 0% | 0% |
| | 9ºIII – Ações BDR Nível I | 10% | 0% | 0% | 0% |
| | LIMITES INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | | 10% | | 0,00% |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 10ºI – FI e FIC Multi Mercado | 10% | 14,24% | 5% | 10% |
| | 10ºII – FI de Participações Fechado | 5% | 8,46% | 0% | 5% |
| | 10ºIII – FI de Ações Mercado de acesso | 5% | 0% | 0% | 5% |
| | LIMITES INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | | 15% | 22,70 | 5,00% |
| FUNDO IMOBILIÁRIOS | 11º – FII Negociados em Bolsa | 5% | | 5% | 5% |
| | LIMITE FUNDO IMOBILIÁRIO | | 5% | | 10,00% |
| EMPRESIMOS CONSIGNADOS | 12º – Operações de Emprestimo Consignado | 5% | | 0% | 5% |
| | LIMITES EMPRESTIMO CONSIGNADO | | 5% | | |

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão do RPPS devem trazer um fluxo dinâmico dos investimentos, permitindo céleres reações à volatilidade dos mercados, sempre observando os limites estabelecidos por esta Política de Investimentos e pela Resolução CMN nº 4.963, de 25 /11/2021.

A estratégia de alocação para os próximos cinco anos, leva em consideração não somente o cenário macroeconômico como também as especificidades da estratégia definida pelo resultado da análise do fluxo de caixa atuarial e as projeções futuras de déficit e/ou superávit, bem como a concentração de ações para resgatar o enquadramento e a recuperação dos investimentos ilíquidos realizados anteriormente.

| SEGMENTO | TIPO DE ATIVO | LIMITE RESOLUÇÃO | SITUAÇÃO ATUAL (DEZ/24) | LIMITE INFERIOR | LIMITE SUPERIOR |
|----------------------------|--|------------------|-------------------------|-----------------|-----------------|
| RENDA FIXA | 7º Ia – Títulos TN - SELIC | 100% | | 25% | 100% |
| | 7º Ib – FI 100% Títulos TN | 100% | 37,87% | 30% | 100% |
| | 7º Ic – Ref. Índice de RF 100% TP | 100% | | 0% | 0% |
| | 7º II – Operações comprometidas | 5% | | 0% | 0% |
| | 7º IIIa – FI Renda Fixa | 60% | 11,37% | 10% | 40% |
| | 7º IIIb – FI Índice Renda Fixa | 60% | 8,21% | 0% | 20% |
| | 7º IV – Ativos Renda Fixa de Instituições Financeiras | 20% | | 5% | 30% |
| | 7º Va – FIDC - Sênior | 5% | 7,90% | 0% | 5% |
| | 7º Vb – FI RF Crédito Privado | 5% | | 0% | 5% |
| | 7º Vc – FI Debênture Infraestrutura | 5% | | 0% | 5% |
| LIMITE RENDA FIXA | | 100% | 65,35% | 70,00% | 100% |
| RENDA VARIÁVEL | 8ºI – FI Ações aberto | 10% | | 10% | 10% |
| | 8ºII - FI Índices de Ações | 30% | | 0% | 0% |
| | LIMITE RENDA VARIÁVEL | | 30% | | 10,00% |
| EXTERIOR | 9ºI – FI e FIC Renda Fixa – Dívida Externa | 10% | 0% | 0% | 0% |
| | 9ºII – FI e FIC Renda Fixa com sufixo "Investimento no Exterior" | 10% | 0% | 0% | 0% |
| | 9ºIII – Ações BDR Nível I | 10% | 0% | 0% | 0% |
| | LIMITES INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | | 10% | | 0,00% |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 10ºI – FI e FIC Multi Mercado | 10% | 18,44% | 10% | 10% |
| | 10ºII – FI de Participações Fechado | 5% | 9,50% | 0% | 5% |
| | 10ºIII – FI de Ações Mercado de acesso | 5% | 0% | 0% | 5% |
| | LIMITES INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | | 15% | 0,00% | 15,00% |
| FUNDO IMOBILIÁRIOS | 11º – FII Negociados em Bolsa | 5% | 6,71% | 5% | 5% |
| | LIMITE FUNDO IMOBILIÁRIO | | 5% | | 5,00% |
| EMPRESIMOS CONSIGNADOS | 12º – Operações de Emprestimo Consignado | 5% | | 0% | 5% |
| | LIMITES EMPRESTIMO CONSIGNADO | | 5% | | |

5.2 - ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA PARA OS PROXIMOS 5 ANOS RESOLUÇÃO CMN 4.963

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ CONSIDERA OS LIMITES APRESENTADOS NO RESULTADO DO ESTUDO TÉCNICO ELABORADO ATRAVÉS AS RESERVAS TÉCNICAS ATUARIAIS (ATIVOS) E AS RESERVAS MATEMÁTICAS (PASSIVO) PROJETADAS PELO CÁLCULO ATUARIAL O QUE PODE EXIGIR MAIOR FLEXIBILIDADE NOS NÍVEIS DE LIQUIDEZ DA CARTEIRA. FORAM OBSERVADOS, TAMBÉM, A COMPATIBILIDADE DOS ATIVOS INVESTIDOS COM OS PRAZOS E TAXAS DAS OBRIGAÇÕES PRESENTES E FUTURAS DO REGIME.

5.2.1– Segmento Renda Fixa

Obedecendo aos limites permitidos pela Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, propõe-se adotar o limite de máximo de 100% (cem por cento) dos investimentos financeiros do RPPS, no segmento de renda fixa.

A negociação de títulos e valores mobiliários no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) obedecerá ao disposto, " da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, e deverão ser comercializados através de plataforma eletrônica e registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

5.2.2– Segmento Renda Variável e Investimentos Estruturados

Em relação ao segmento de renda variável, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS, limitar-se-ão a 20% (vinte por cento) da totalidade dos investimentos financeiros do RPPS, desde que resolvidos os desenquadramentos passivos atuais.

São considerados como investimentos estruturados segundo Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, os fundos de investimento classificados como multimercado, os fundos de investimento em participações - FIPs e os fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso".

5.2.3– Segmento Investimentos no Exterior

No segmento classificado como "investimento no exterior", cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 10% (dez por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS, será adotado o limite de 0% (zero por cento) da totalidade dos investimentos financeiros do RPPS, já que não vislumbramos essa possibilidade face ao desenquadramento atual e a prolongada solução dos ativos atuais.

Deverão ser considerados que os fundos de investimentos constituídos no exterior possuam histórico de 12 (doze) meses e que seus gestores estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem o montante de recursos de terceiros equivalente a US\$ 5 bilhões de dólares na data do aporte.

6.0– Limites Gerais

No acompanhamento dos limites gerais da carteira de investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, em atendimento aos limites aqui estabelecidos e da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, serão consolidadas as posições das aplicações dos recursos realizados direta e indiretamente pelo RPPS por meio de fundos de investimentos e fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos.

No que tange ao limite geral de exposição por fundos de investimentos e em cotas de fundos de investimentos, fica o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ limitado a 20% de exposição.

A exposição do total das aplicações dos recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ** em um mesmo fundo de investimento limita-se a 15%. Para os fundos de investimentos classificados como FIDC, Crédito Privado, FI de Infraestrutura, Multimercado, FIP, FII e Fundos de Ações - Mercado de Acesso, estão limitados a 5%.

6.1- Enquadramento

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ** CONSIDERA TODOS OS LIMITES ESTIPULADOS DE ENQUADRAMENTO NA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021, E COMO ENTENDIMENTO COMPLEMENTAR A SEÇÃO III, SUBSEÇÃO V DOS ENQUADRAMENTOS, DESTACAMOS:

Os investimentos que, em decorrência de alterações de novas exigências estipuladas pela Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, passaram a estar em desacordo com o estabelecido, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ** poderá mantê-las em carteira por até 180 dias.

Poderão ainda ser mantidas em carteira até a respectiva data de vencimento, as aplicações que apresentaram prazos de resgate, carência ou para conversão de cotas, sendo considerado infringências aportes adicionais, salvo aqueles precedidos de pareceres devidamente autorizados em AGC's submetidos a aprovação formal da Secretaria de Previdência Social e CVM.

Serão entendidos como desenquadramento passivo, os limites excedidos decorrentes de valorização e desvalorização dos ativos ou qualquer tipo de desenquadramento que não tenha sido resultado de ação direta do RPPS. só serão considerados os fundos de investimento que tem por prestador de serviços de gestão e/ou administrador de carteira que atendem cumulativamente as condições:

- O administrador ou o gestor dos recursos seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos;
- O administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% dos recursos sob sua administração oriundos de RPPS e
- O gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento e que seja considerado pelos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS como de boa qualidade de gestão e ambiente de controle de investimento.

Em atendimento aos requisitos dispostos, deverão ser observados apenas quando da aplicação dos recursos, podendo os fundos de investimentos não enquadrados nos termos acima, permanecer na carteira de investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ** até seu respectivo resgate ou vencimento, não sendo permitidas novas aplicações.

7.0- Vedações

O Comitê de Investimento do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ** deverá seguir as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

- Operações compromissadas;
- Depósitos em Poupança;
- Aquisição de qualquer ativo final, emitido por Instituições Financeiras com alto risco de crédito;
- Cotas de Fundos em Participações (FIP) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no mínimo, trimestralmente e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas;
- Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no mínimo, trimestralmente, e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas.
- Paralelamente aos riscos inerentes do mercado de investimentos, é fundamental para a proteção do patrimônio do Previcampos, que, nos 180 dias anteriores e nos 90 dias posteriores a qualquer pleito eleitoral ou plebiscito, fiquem proibidos os resgates e movimentações antecipadas para realocação em fundos de investimentos, e estando dentro do resgate programado, que sejam aplicados em fundos que tenham em sua carteira, única e exclusivamente, títulos públicos com lastro do Governo Federal, nunca com prazo de resgate superior a quatro anos.
- Vale ressaltar que o desenquadramento atual da alocação de recursos apresentado no quadro da Política de Investimento para o ano de 2025 é resultado de gestão pretérita dos recursos, anteriores ao ano de 2021, que vem sendo monitorados pela Gestão atual com intuito de minoração de possíveis prejuízos.

8- Meta Atuarial

A Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, que estabelece as Normas Aplicáveis às Avaliações Atuariais dos Regimes Próprio de Previdência Social, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizada nas Avaliações Atuariais seja o menor percentual dentro o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS e a taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo da Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

Também chamada de meta atuarial, é a taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial para trazer a valor presente, todos os compromissos do plano de benefícios para com seus beneficiários na linha do tempo, determinando assim o quanto de patrimônio o Regime Próprio de Previdência Social deverá possuir hoje para manter o equilíbrio atuarial.

Obviamente, esse equilíbrio somente será possível de se obter caso os investimentos sejam remunerados, no mínimo, por essa mesma taxa. Do contrário, ou seja, se a taxa que remunera os investimentos passe a ser inferior a taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefício se tornará insolvente, comprometendo o pagamento das aposentadorias e pensões em algum momento no futuro.

Fica assim definida como taxa de desconto ou simplesmente Meta Atuarial para o exercício de 2025 a taxa de 4,79 % (quatro vírgula setenta e nove), somado ao IPCA estimado em 4,99% para 2025.

Ainda assim, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ** no exercício de sua execução, através de estudos cnicos, promoverá o acompanhamento das taxas para que seja evidenciada, no longo prazo, a melhor situação financeiro-atuarial para o plano de benefícios previdenciários.

9.0- Estrutura de Gestão

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, a aplicação dos investimentos será realizada por gestão própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ** será própria.

9.1- Gestão Própria

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do RPPS e os agentes envolvidos diretamente no processo, com **profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Fazenda, Secretária de Previdência, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e contará com o Comitê de Investimentos como órgão participativo do processo de análise, com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos conjuntamente com a Diretoria Executiva, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, e com a deliberação do Conselho Deliberativo, com o único objetivo de deliberar sobre as análises promovidas pelo Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva, observando o cumprimento obrigatório do Credenciamento prévio das instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações dos recursos.**

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ** TEM AINDA A PRERROGATIVA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA DE VALORES MOBILIÁRIOS, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021E INSTRUÇÃO CVM Nº 592, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO, RECOMENDAÇÃO E ACONSELHAMENTO, SOBRE INVESTIMENTOS NO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS, CUJA ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO SEJAM ÚNICAS E EXCLUSIVAS DO RPPS, AINDA ASSIM SUBTIDAS A APROVAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E CONSELHO DELIBERATIVO

9.2- Órgãos de Execução

Compete ao Comitê de Investimentos a elaboração da Política de Investimento juntamente com a Diretoria Executiva, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho Deliberativo, órgão superior competente para definições estratégicas do RPPS. Essa estrutura garante a demonstração da segregação de funções adotadas pelos órgãos de execução, estando em linha com as práticas de mercado para uma boa governança corporativa.

Não fica excluída a possibilidade da Consultoria de Valores Mobiliários fornecer "minuta" para apreciação do Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva.

10.0 - Controle de Risco

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, e consequentemente, fica o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ** obrigada a exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, considerando entre eles:

10.1 - **Risco de Mercado** - é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

10.2 - **Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;

10.3 - **Risco de Liquidez** - surgem da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

10.4 - Controle de Risco de Mercado

O RPPS adota o **VaR - Value-at-Risk** para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

Modelo paramétrico;

Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento); Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Como parâmetro de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõe a carteira, os membros do Comitê de Investimentos deverão observar as referências abaixo estabelecidas e realizar reavaliação destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas forem ultrapassadas.

Segmento de Renda Fixa: 2,30% (dois vírgula trinta por cento) do valor alocado neste segmento.

Segmento de Renda Variável: 6,13% (seis vírgula treze por cento) do valor alocado neste segmento.

Como instrumento adicional de controle, o RPPS monitora a rentabilidade do fundo em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com o "benchmark" de cada ativo. Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do Comitê de Investimentos do RPPS, que decidirá pela manutenção, ou não, do investimento.

10.3- Controle do Risco de Crédito

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, em fundos de investimento que possuem em sua carteira de investimentos ativos de crédito, subordinam-se que estes sejam emitidas por companhias abertas devidamente operacionais e registrada; e que sejam de baixo risco em classificação efetuada por agência classificadora de risco, o que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

| AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO | RATING MÍNIMO |
|---------------------------------|----------------------------|
| ATANDARD & POORS | BBB+ (perspectiva estável) |
| MOODYs | Baa1 (perspectiva estável) |
| FITCH RATING | BBB+ (perspectiva estável) |
| AUSTIN RATING | A (perspectiva estável) |
| SR RATING | A (perspectiva estável) |
| LF RATING | A (perspectiva estável) |
| LIBERUM RATING | A (perspectiva estável) |

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente registradas na CVM e autorizadas a operar no Brasil e utilizam o sistema de "rating" para classificar o nível de risco da instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira.

10.3.1 – Controle do Risco de Liquidez

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassarem em 365 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de atestado que comprova a análise de evidência quanto a capacidade do RPPS em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

11.0 – Política de Transparência

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Economia, Secretária de Previdência Social. À vista da exigência contida no art. 4º, incisos I, II, III, IV e V, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 5º da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do RPPS, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

Todos e demais documentos correspondentes a análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão, deverão ser disponibilizados via Portal de Transparência de própria autoria ou na melhor qualidade de disponibilização aos interessados.

12.0 - Credenciamento

Seguindo a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e a Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, antes da realização de qualquer operação, o RPPS, na figura de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições financeiras escolhidas para receber os recursos do RPPS tenham sido objeto de prévio credenciamento.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, ATRAVÉS DE SEU EDITAL DE CREDENCIAMENTO, DEVERÁ CUMPRIR INTEGRALMENTE TODOS OS REQUISITOS MÍNIMOS DE CREDENCIAMENTO EM ATENDIMENTO AS NORMATIVAS MENCIONADAS E, INCLUSIVE:

- a) Termo de Análise e Atestado de Credenciamento de Administrador e Gestor de FI - Art. 15º, § 2º, I, da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021;
- b) Termo de Análise de Credenciamento e Atestado de Credenciamento - Demais Administradores ou Gestor de FI;
- c) Anexo ao Credenciamento - Análise de Fundo de Investimento;
- d) Termo de Análise do Cadastramento do Distribuidor.

Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto recairá sobre a figura do gestor e do administrador do fundo.

12.1 – Processo de Seleção e Avaliação de Gestores e Administradores

Nos processos de seleção dos Gestores/Administradores, devem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise no mínimo:

12.1.1 - Tradição e Credibilidade da Instituição - envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;

12.1.2 - Gestão do Risco - envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos riscos de crédito - quando aplicável - liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de "compliance", capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão do risco;

12.1.3 - Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmark) e riscos - envolvendo a correlação da rentabilidade com seus objetivos e a consistência na entrega de resultados no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

Entende-se que os fundos de investimentos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que respeitando o regulamento do fundo e as normas aplicáveis aos RPPS.

O Credenciamento se dará, por meio eletrônico, no âmbito de controle, inclusive no gerenciamento dos documentos e Certidões requisitadas, através do sistema eletrônico utilizado pelo RPPS.

Fica definido também, como critério de documento para credenciamento, o relatório *Due Diligence* da ANBIMA, entendidos como seção um, dois e três.

Encontra-se qualificado a participar do processo seletivo qualquer empresa administradora ou gestora de recursos financeiros dos fundos de investimentos em que figurarem instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 3.198/2004 e nº 4.557/2017, respectivamente.

13.0 - Precificação dos Ativos

Os princípios e critérios de precificação para os ativos e os fundos de investimentos que compõe ou que virão a compor a carteira de investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, deverão seguir o critério de precificação de marcação a mercado (MaM).

Poderão ser contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos os Títulos Públicos Federais, desde que se cumpram cumulativamente as devidas exigências da Portaria MF nº 577, de 27 de dezembro de 2017 já descritos anteriormente.

13.1 - Metodologia

13.1.1 - Marcações

O processo de marcação a mercado consiste em atribuir um preço justo a um determinado ativo ou derivativo, seja pelo preço de mercado, caso haja liquidez, ou seja, na ausência desta, pela melhor estimativa que o preço do ativo teria em uma eventual negociação.

O processo de marcação na curva consiste na contabilização do valor de compra de um determinado título, acrescido da variação da taxa de juros, desde que a emissão do papel seja carregada até o seu respectivo vencimento. O valor será atualizado diariamente, sem considerar a oscilações de preço auferidas no mercado.

13.2 – Critérios de Precificação

13.2.1 – Títulos Públicos Federais

São ativos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que representam uma forma de financiar a dívida pública e permitem que os investidores emprestem dinheiro para o governo, recebendo em troca uma determinada rentabilidade. Possuem diversas características como: liquidez diária, baixo custo, baixíssimo risco de crédito, e a solidez de uma instituição enorme por trás.

Como fonte primária de dados, a curva de títulos em reais, gerada a partir da taxa indicativa divulgada pela ANBIMA e a taxa de juros divulgada pelo Banco Central, encontramos o valor do preço unitário do título público.

13.2.1.1 – Marcação a Mercado

Através do preço unitário divulgado no extrato do custodiante, multiplicado pela quantidade de títulos públicos detidos pelo regime, obtivemos o valor a mercado do título público na carteira de investimentos. Abaixo segue fórmula:

$$Vm = PU \text{ Atual} * QT \text{ título}$$

Onde:

- Vm* = valor de mercado
- PU atual* = preço unitário atual
- Qt títulos* = quantidade de títulos em posse do regime

10.1.1.1- Marcação na Curva

Como a precificação na curva é dada pela apropriação natural de juros até a data de vencimento do título, as fórmulas variam de acordo com o tipo de papel, sendo:

10.1.1.1.1- Tesouro IPCA - NTN-B

O Tesouro IPCA - NTN-B Principal possui fluxo de pagamento simples, ou seja, o investidor faz a aplicação e resgata o valor de face (valor investido somado à rentabilidade) na data de vencimento do título.

É um título pós-fixado cujo rendimento se dá por uma taxa definida mais a variação da taxa do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo em um determinado período.

O Valor Nominal Atualizado é calculado através do VNA na data de compra do título e da projeção do IPCA para a data de liquidação, seguindo a equação:

$$VNA = VNA_{data \ de \ compra} * (1 + IPCA_{projetado})^{1/252}$$

Onde:

- VNA* = Valor Nominal Atualizado
- VNA_{data de compra}* = Valor Nominal Atualizado na data da compra
- IPCA_{projetado}* = Inflação projetada para o final do exercício

O rendimento da aplicação é recebido pelo investidor ao longo do investimento, por meio do pagamento de juros semestrais e na data de vencimento com resgate do valor de face somado ao último cupom de juros.

10.1.1.1.2- Tesouro SELIC - LFT

O Tesouro SELIC possui fluxo de pagamento simples pós-fixado pela variação da taxa SELIC.

O valor projetado a ser pago pelo título, é o valor na data base, corrigido pela taxa acumulada da SELIC até o dia de compra, mais uma correção da taxa SELIC meta para dia da liquidação do título. Sendo seu cálculo:

$$VNA = VNA_{data \ de \ compra} * (1 + SELIC_{meta})^{1/252}$$

Onde:

- VNA* = Valor Nominal Atualizado
- VNA_{data de compra}* = Valor Nominal Atualizado na data da compra
- SELIC_{meta}* = Inflação atualizada

10.1.1.1.3- Tesouro Prefixado - LTN

A LTN é um título prefixado, ou seja, sua rentabilidade é definida no momento da compra, que não faz pagamentos semestrais. A rentabilidade é calculada pela diferença entre o preço de compra do título e seu valor nominal no vencimento, R\$ 1.000,00.

A partir da diferença entre o preço de compra e o de venda, é possível determinar a taxa de rendimento. Essa taxa pode ser calculada de duas formas:

$$\text{Taxa Efetiva no Período} = \left[\frac{\text{Valor de Venda}}{\text{Valor de Compra}} \right]^{1/252} * 100$$

Onde:

- Taxa Efetiva no Período* = Taxa negociada no momento da compra
- Valor de Venda* = Valor de negociação do Título Público na data final
- Valor de Compra* = Valor de negociação do Título na aquisição
- Ou, tendo como base um ano de 252 dias úteis:

$$\text{Taxa Efetiva no Período} = \left[\frac{\text{Valor de Venda}}{\text{Valor de Compra}} \left(\frac{252}{\text{dias úteis no período}} - 1 \right) \right] \cdot 100$$

Onde:

Taxa Efetiva no Período = Taxa negociada no momento da compra
Valor de Venda = Valor de negociação do Título Público na data final
Valor de Compra = Valor de negociação do Título na aquisição

10.1.1.1.4- Tesouro Prefixado com Juros Semestrais - NTN-F

Na NTN-F ocorre uma situação semelhante a NTN-B, com pagamentos semestrais de juros só que com a taxa pré-fixada e pagamento do último cupom ocorre no vencimento do título, juntamente com o resgate do valor de face.

A rentabilidade do Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais pode ser calculada segundo a equação:

$$\text{Preço} = \sum_{t=1}^n 1.000 \cdot \left[\frac{(1,10)^{0,5t} - 1}{(1 + TIR)^{0,5t}} \right] + 1.000 \cdot \left[\frac{1}{(1 + TIR)^{0,5n}} \right]$$

Em que DUN é o número de dias úteis do período e TIR é a rentabilidade anual do título.

10.1.1.1.5- Tesouro IGPM com Juros Semestrais - NTN-C

A NTN-C tem funcionamento parecido com NTN-B, com a diferença no indexador, pois utiliza o IGP-M ao invés de IPCA. Atualmente, as NTN-C não são ofertadas no Tesouro Direto sendo apenas recomprado pelo Tesouro Nacional.

O VNA desse título pode ser calculado pela equação:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} \cdot (1 + IGPMP_{projetado})^{N1/N2}$$

Onde N1 representa o número de dias corridos entre data de liquidação e primeiro do mês atual e N2 sendo o número de dias corridos entre o dia primeiro do mês seguinte e o primeiro mês atual.

Como metodologia final de apuração para os Títulos Públicos que apresentam o valor nominal atualizado, finaliza-se a apuração nos seguintes passos:

(i) identificação da cotação:

$$\text{Cotação} = \frac{100}{(1 + \text{Taxa})^{\frac{DUN}{252}}}$$

Onde:

Cotação = é o valor unitário apresentado em um dia
Taxa = taxa de negociação ou compra o Título Público Federal

(ii) identificação do preço atual:

$$\text{Preço} = VNA \cdot \left[\frac{\text{Cotação}}{100} \right]$$

Onde:

Preço = valor unitário do Título Público Federal
VNA = Valor Nominal Atualizado
Cotação = é o valor unitário apresentado em um dia

10.1.2- Fundos de Investimentos

A Instrução CVM 555 dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

O investimento em um fundo de investimento, portanto, confere domínio direto sobre fração ideal do patrimônio dado que cada cotista possui propriedade proporcional dos ativos inerentes à composição de cada fundo, sendo inteiramente responsável pelo ônus ou bônus dessa propriedade.

Através de divulgação pública e oficial, calcula-se o retorno do fundo de investimentos auferindo o rendimento do período, multiplicado pelo valor atual. Abaixo segue fórmula:

$$\text{retorno} = (1 + \text{Santerior}) \cdot \text{Rend}_{\text{fundo}}$$

Onde:

Retorno: valor da diferença do montante aportado e o resultado final do período

Santerior : saldo inicial do investimento
Rend_{fundo} : rendimento do fundo de investimento em um determinado período (em percentual)

Para auferir o valor aportado no fundo de investimento quanto a sua posição em relação a quantidade de cotas, calcula-se:

$$V_{\text{atual}} = V_{\text{cota}} \cdot Q_{\text{cotas}}$$

Onde:

V_{atual} : valor atual do investimento
V_{cota} : valor da cota no dia
Q_{cotas} : quantidade de cotas adquiridas mediante aporte no fundo de investimento

Em caso de fundos de investimento imobiliários (FII), onde consta ao menos uma negociação de compra e venda no mercado secundário através de seu *ticker*, esse será calculado através do valor de mercado divulgado no site do BM&FBOVESPA; caso contrário, será calculado a valor de cota, através de divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

1.1.1 - Títulos Privados

Título privados são títulos emitidos por empresas privadas visando à captação de recursos.

As operações compromissadas lastreadas em títulos públicos são operações de compra (venda) com compromisso de revenda (recompra). Na partida da operação são definidas a taxa de remuneração e a data de vencimento da operação. Para as operações compromissadas sem liquidez diária, a marcação a mercado será em acordo com as taxas praticadas pelo emissor para o prazo do título e, adicionalmente, um *spread* da natureza da operação. Para as operações compromissadas negociadas com liquidez diária, a marcação a mercado será realizada com base na taxa de revenda/recompra na data.

Os certificados de depósito bancário (CDBs) são instrumentos de captação de recursos utilizados por instituições financeiras, os quais pagam ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista, que em geral é fluante ou pré-fixada, podendo ser emitidos e registrados na CETIP.

Os CDBs pré-fixados são títulos negociados com ágio/deságio em relação à curva de juros em reais. A marcação do CDB é realizada descontando o seu valor futuro pela taxa pré-fixada de mercado acrescida do *spread* definido de acordo com as bandas de taxas referentes ao prazo da operação e rating do emissor.

Os CDBs pós-fixados são títulos atualizados diariamente pelo CDI, ou seja, pela taxa de juros baseada na taxa média dos depósitos interbancários de um dia, calculada e divulgada pela CETIP. Geralmente, o CDI é acrescido de uma taxa ou por percentual *spread* contratado na data de emissão do papel. A marcação do CDB é realizada descontando o seu valor futuro projetado pela taxa pré-fixada de mercado acrescida do *spread* definido de acordo com as faixas de taxas em vigor.

1.1.2 - Poupança

Para método de apuração para os investimentos em depósitos de poupança, calcula-se a taxa referencial usada no dia do depósito. Se a Selic estiver em 8,5% ao ano ou menos do que isso, a poupança irá render 70% da Selic mais a TR. Já no caso da Selic ficar acima de 8,5% ao ano, a rentabilidade é composta pela TR mais 0,5% ao mês.

1.1 - Fontes Primárias de Informações

Como os procedimentos de marcação a mercado são diários, como norma e sempre que possível, adotam-se preços e cotações das seguintes fontes:

Títulos Públicos Federais e debêntures: Taxas Indicativas da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm);
Cotas de fundos de investimentos: Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br/>);

Valor Nominal Atualizado: Valor Nominal Atualizado ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/valor-nominal-atualizado.htm)

Ações, opções sobre ações líquidas e termo de ações: BM&FBOVESPA (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes.htm); e
Certificado de Depósito Bancário - CDB: CETIP (<https://www.cetip.com.br/>).

10.0 - Política de Acompanhamento e Avaliação

Para o acompanhamento e avaliação da carteira de investimento, dos fundos de investimentos que a contemplem e seus resultados, adicionalmente serão adotados metodologias e critérios que atendam conjuntamente as normativas expedidas pelos órgãos reguladores.

Como forma de acompanhamento, será admitido a elaboração de relatórios mensais, acompanhados de parecer avaliativo do Comitê de Investimentos, que contemple no mínimo informações sobre a rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimentos.

O relatório mensal será com compilado de informações que compreendem no mínimo:

- Editorial sobre o panorama econômico relativo ao mês anterior;
- Editorial sobre o panorama econômico relativo ao trimestre anterior;
- Relatório de análise inicial da carteira de investimentos;
- Relatório de Monitoramento - análise qualitativa da situação da carteira em relação à composição, rentabilidade, enquadramentos, aderência à Política de Investimentos, riscos (mercado, liquidez e crédito); análise quantitativa baseada em dados históricos e ilustrada por comparativos gráficos e; sugestões para otimização da carteira;
- Relatório de Acompanhamento dos Fundos de Investimentos - Análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo;
- Parecer Técnico de Assembleia de Fundos de Investimentos - resumo e análise de ata contendo parecer opinativo;
- Enquadramento das aplicações nos segmentos e artigos da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, com alerta em casos de desenquadramento;
- Enquadramento das aplicações de acordo com os limites definidos na Política de Investimentos, com alerta em casos de desenquadramento;
- Rentabilidade individual e comparativa - benchmarks - das aplicações financeiras de forma a identificar aquelas com desempenho insatisfatório;
- Marcação a Mercado da carteira de Títulos Públicos Federais permitindo a visualização de oportunidades de compra e venda;
- Concentração dos investimentos por instituição financeira;
- Taxa de administração por fundo de investimento, possibilitando análise comparativa;
- Quantidade de cotistas por fundo de investimento que compõe a carteira;
- Rentabilidade da carteira após as movimentações mensais, disponibilizada mensalmente e cumulativamente no decorrer do ano em exercício, comparativamente a meta atuarial e
- Gráfico comparativo de rentabilidade e riscos dos fundos de investimentos;
- Diligência sobre os lastros relativos aos títulos ou papéis incluídos em operações estruturadas adquiridas por meio de veículos de investimentos;
- Acompanhamento sistemático da situação patrimonial; fiscal, comercial e jurídica das instituições investidas e do desempenho dos papéis por elas emitidos.

Os pareceres avaliativos emitidos pelo Comitê de Investimentos deverão apresentar no mínimo o plano de ação com o cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos. Com a emissão dos pareceres avaliativos e a elaboração do plano de ação, o mesmo deverá ser aprovado pelo órgão deliberativo.

11.0 - Plano de Contingência

O Plano de Contingência estabelecido, contempla a abrangência exigida pela Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021 em seu Art. 4º, inciso VIII, ou seja, entende-se por "contingência" no âmbito desta Política de Investimentos a excessiva exposição a riscos ou potenciais perdas dos recursos.

Com a identificação clara das contingências chegamos ao desenvolvimento do plano no processo dos investimentos, que abrange não somente a Diretoria Executiva, como o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo.

11.1 – Exposição a Risco

Entende-se como Exposição a Risco os investimentos que direcionam a carteira de investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ** para o não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos aos RPPS.

O não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos, podem ser classificados como sendo:

- 1 Desenquadramento da Carteira de Investimentos;
- 2 Desenquadramento do Fundo de Investimento;
- 3 Desenquadramento da Política de Investimentos;
- 4 Movimentações Financeiras não autorizadas;

Caso identificado o não cumprimento dos itens descritos, ficam os responsáveis pelos investimentos, devidamente definidos nesta Política de Investimentos, obrigados a:

| Contingências | Medidas | Resolução |
|--|--|----------------------------|
| 1. Desenquadramento da Carteira de Investimentos | a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento. | Curto, Médio e Longo Prazo |
| 2. Desenquadramento do Fundo de Investimento | a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento. | Curto, Médio e Longo Prazo |
| 3. Desenquadramento da Política de Investimentos | a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento. | Curto, Médio e Longo Prazo |
| 4. Movimentações Financeiras não autorizadas | a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para resolução; d) Ações e Medidas, se necessárias, judiciais para a responsabilização dos responsáveis. | Curto, Médio e Longo Prazo |

11,2 - Potenciais perdas dos Recursos

Entende-se como potenciais perdas dos recursos os volumes expressivos provenientes de fundos de investimentos diretamente atrelados aos riscos de mercado, crédito e liquidez.

| Contingências | Medidas | Resolução |
|----------------------------------|--|----------------------------|
| 1. Potenciais perdas de recursos | a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade administrativa, financeira e se for o caso, jurídica. | Curto, Médio e Longo Prazo |

12.0 – Controles Internos

Antes de qualquer aplicação, resgate ou movimentações financeiras ocorridas na carteira de investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ**, os responsáveis pela gestão dos recursos deverão seguir todos os princípios e diretrizes envolvidos nos processos de aplicação dos investimentos.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser realizadas através de plataforma eletrônica autorizada, Sisbex da BM&F e CetipNet da Cetip que já atendem aos pré-requisitos para oferecer as rodas de negociação nos moldes exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. O RPPS deverá ainda, realizar o acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

O acompanhamento mensal do desempenho da carteira de investimentos em relação a Meta Atuarial definida, garantirá ações e medidas no curto e médio prazo no equacionamento de quaisquer distorções decorrentes dos riscos a ela atrelados.

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos através do Decreto 292/17 publicado em 27/12/2017, com a finalidade mínima de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos.

Entende-se como participação no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos a abrangência de:

- a) garantir o cumprimento da legislação e da Política de Investimentos;
- b) avaliar a conveniência e adequação dos investimentos;
- c) monitorar o grau de risco dos investimentos;
- d) observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido pela entidade;
- e) garantir a gestão ética e transparente dos recursos;
- f) garantir a execução dos processos internos voltados para investimentos;
- g) instaurar sindicância no âmbito dos recursos de assim houver a necessidade;
- h) garantir a execução, o cumprimento e acompanhamento do Credenciamento das Instituições Financeiras;
- i) garantir que alocação estratégica dos recursos estejam em consonância com os estudos técnicos que nortearam o equilíbrio atuarial e financeiro dos recursos e
- j) qualquer outra atividade relacionada diretamente a investimentos.

Todo o acompanhamento promovido pelo Comitê de Investimentos será designado em conteúdo das atas, sendo disponibilizado para apreciação, análise, contestação e aprovação por parte do Conselho de Deliberação. Sua periodicidade se adequa ao porte do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ**.

Os relatórios supracitados serão mantidos e colocados à disposição da Secretária da Previdência Social - SPREV, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal e demais órgãos fiscalizadores e interessados.

13.0 – Disposições Gerais

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e deverá ser monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do RPPS, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2025.

Reuniões extraordinárias junto ao Comitê de Investimentos e posteriormente com Conselho Deliberativo do RPPS, serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta Política de Investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se

apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

O relatório da Política de Investimentos e suas possíveis revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas permanecerão à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e fiscalização pelo prazo de 10 (dez) anos.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o RPPS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados do RPPS; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do RPPS, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021 e suas alterações, e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e também alterações e demais normativas pertinentes aos Regimes Próprios de Previdência Social.

É parte integrante desta Política de Investimentos, a cópia da Ata do Comitê de Investimentos que é participante do processo decisório quanto à sua formulação e a cópia da Ata do Conselho Deliberativo que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Robson Neto Barreto
Diretor Administrativo e Financeiro
Matrícula 40.467 – Portaria 521/2022

Mário Terra Arêas Filho
Diretor Presidente
Matrícula 40.268 – Portaria 116/2021

Wladimir Garotinho
- Prefeito

(Republicada por ter saído com incorreção)

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTO 001/2025

Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro de 2025, às 10h, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Campos dos Goytacazes, RJ - PREVICAMPOS, Autarquia inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.388.502/0001-20, com sede na Avenida Alberto Torres, 173, Centro, nesta cidade, conforme Edital de Convocação nº 002/2025, publicado no Diário Oficial no dia 06 de fevereiro de 2025, iniciou-se a Reunião Ordinária do Comitê de Investimento, cuja pauta trata de:

1. Análise da carteira de Investimentos;
2. Discussão, votação e aprovação da política de investimentos para o exercício 2025;
3. Assuntos gerais.

Declarada aberta a reunião, verificada a inexistência de quórum, não foi possível deliberar a ordem do dia. Estavam presentes na reunião Katia Venina dos Santos, o Diretor Presidente do Previcampos Mario Terra Arêas Filho e Leonardo Campinho de Siqueira, assessor jurídico que secretariou a reunião. Fica consignado que foi apresentada pelo Diretor Financeiro Robson Neto Barreto a análise da Carteira de Investimentos de fevereiro de 2025 e a Política de Investimentos para o exercício de 2025 para apreciação do Comitê, entretanto, a análise resta prejudicada tendo em vista a ausência de quórum. Fica consignado também que foi recebido em 10 de fevereiro de 2025 carta de renúncia ao cargo no Comitê de Investimentos dos membros Wilsinei Gomes de Souza e Wenilde Nadia Pereira Gomes. Nada mais a ser discutido a presente ata foi lida e aprovada por todos.

MARIO TERRA ARÊAS FILHO
Diretor Presidente

LEONARDO CAMPINHO DE SIQUEIRA
Assessor Jurídico
(Secretário)

KATIA VENINA DOS SANTOS
Membro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DO PREVICAMPOS Nº 003/2025
REFERENTE AO MÊS DE ABRIL DE 2025**

Aos 09 (nove) dias do mês de abril de 2025, às 10h, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Campos dos Goytacazes, RJ – PREVICAMPOS, autarquia inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.388.502/0001-20, com sede na Avenida Alberto Torres, 173, Centro, nesta cidade, reuniram-se os integrantes da diretoria do Previcampos: Mario Terra Arêas Filho (Diretor-Presidente), Dilene Fernandes Maia (Diretora de Benefícios), Gustavo Xavier de Freitas (Diretor de Recursos Humanos), e Leonardo Campinho de Siqueira (Assessor Jurídico), que secretariou a reunião. Para deliberar a seguinte ordem do dia:

1. Situação de regularidade dos integrantes do Comitê de Investimentos, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo;
2. Ratificação das deliberações realizadas na Reunião Ordinária ocorrida no dia 12 de março de 2025, nos itens 1 e 3;

3. Deliberar sobre a política de investimentos 2025;
4. Deliberar sobre a Carteira de Investimentos;
5. Retificar a deliberação sobre aquisição de materiais permanentes;
6. Assuntos gerais.

Aberta a reunião o presidente do Previcampos, passado ao **item 1** pediu a palavra para informar que atualmente todos os integrantes da diretoria possuem certificação de gestão de RPPS até fevereiro de 2027. Quanto ao Comitê de Investimentos, composto de 5 (cinco) titulares e 5 (cinco) suplentes, somente 1 (um) titular e agora a suplente Kezia Barbosa, que era certificada, renunciou ao cargo. Quanto ao Conselho Fiscal, composto de 8 (oito) integrantes, sendo 2 (dois) são membros natos (Secretário de Administração e Secretário de Fazenda), e 4 (quatro) membros do SIPROSEP, apenas 1 (um) suplente possui certificação. Quanto ao Conselho Deliberativo, composto por 12 (doze) membros, apenas 5 (cinco) membros possuem certificação, sendo 3 (três) do setor governamental e 2 (dois) do SIPROSEP. Diante disso, considerando o que determina a Portaria do MTP nº 1.467/2022, os integrantes dos órgãos colegiados do Previcampos devem possuir certificação de gestão de RPPS para integrar os respectivos órgãos, bem como deliberar e votar nas reuniões ordinárias e extraordinárias. Destacou-se também que foi editada a Portaria nº 29/2024, onde foram inscritos 30 (trinta) servidores para realizar a prova de certificação de RPPS, apenas 2 (dois) foram aprovados. Aberta a discussão quanto ao **item 2**, os membros da diretoria do Previcampos ratificam as deliberações 1 e 3 da reunião ocorrida no dia 12 de março de 2025, para fins de atendimento a Lei Complementar nº 41/2024. Aberta a discussão do **item 3** foi dito que a análise da política de investimentos só pode ser realizada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo quando tais órgãos estiverem com suas respectivas composições devidamente regularizadas e seus membros corretamente certificados.

Passado ao **item 4** da ordem do dia foi dito que tendo em vista a existência de um resíduo financeiro referente ao exercício de 2024, o presidente sugeriu que a realocação desse recurso seja apreciado pela diretoria na próxima reunião a ser convocada com a finalidade de realizar novas aplicações em fundos específicos, considerando o atual cenário econômico e financeiro mundial. Além disso, conforme Lei Complementar 41/2024, essa matéria só pode ser analisada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo quando tais órgãos estiverem com suas respectivas composições devidamente regularizadas e seus membros corretamente certificados. Passado ao **item 5** da pauta, foi dito que considerando a redução do orçamento para 2025 serão adquiridos 3 aparelhos de ar-condicionado e alugadas 3 impressoras multifuncionais. Em **assuntos gerais** foi informado pelo presidente que tendo em vista a liminar concedida para suspender a tramitação do projeto de Lei que trata da reforma administrativa do Município essa matéria fica pra ser discutida na próxima reunião da diretoria. Fica designada a próxima reunião para o dia 28 de maio de 2025, às 10h.

Mario Terra Arêas Filho
Presidente do Previcampos

Dilene Fernandes Maia
Diretora de Benefícios

Gustavo Xavier de Freitas
Diretor de Recursos Humanos

Leonardo Campinho de Siqueira
Assessor Jurídico
Secretário

**DOE
SANGUE!**
**TOME A ATITUDE
DE SALVAR VIDAS**



Wladimir Garotinho
PREFEITO

Frederico Paes
VICE-PREFEITO

DIÁRIO OFICIAL
PUBLICAÇÕES

Sector de Publicações Oficiais
TELEFONE: (22) 9 8168-1379

OUIDORIA

www.campos.rj.gov.br
E-mail – ouvidoria@campos.rj.gov.br

PODER EXECUTIVO

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

SIC

Serviço de Informação ao Cidadão
sistemas.campos.rj.gov.br/sic

Lei Municipal Nº 8794/2017 e Dec. 249/2017

Prefeitura de Campos dos Goytacazes - Rua Coronel Ponciano de Azevedo Furtado, 47 - Pq. Santo Amaro - CEP 28030-045 - Campos dos Goytacazes-RJ